



Abordagem controversa

No século XIX, o médico Nina Rodrigues tentou explicar as desigualdades sociais e a criminalidade por meio de traços físicos, como depressões no crânio

ENRICO DI GREGORIO

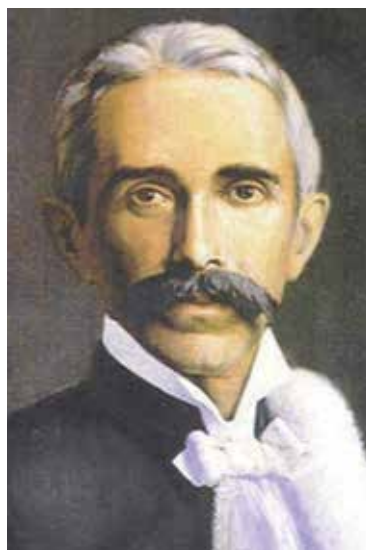
Em 1897, o Exército brasileiro destruiu o arraial de Canudos, suposto reduto antirrepublicano no interior da Bahia, e trucidou quase todos seus moradores. Os soldados desenterraram o corpo do líder rebelde, o beato cearense Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), o Conselheiro, cortaram-lhe a cabeça e a levaram à Faculdade de Medicina da Bahia, um dos núcleos de ensino superior a partir do qual se formou a atual Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), um dos professores da faculdade, examinou a cabeça. Ele é considerado o fundador da antropologia criminal brasileira, um dos primeiros a estudar a cultura negra no Brasil e a dar importância à questão racial para a compreensão da formação da população brasileira. Convicto de que

o formato e as deformações do crânio determinavam comportamentos, queria provar que Antônio Conselheiro tinha predisposição à loucura e ao crime.

A abordagem adotada era a chamada frenologia, formulada pelo médico alemão Franz Joseph Gall (1758-1828) e aplicada pelo criminalista italiano Cesare Lombroso (1835-1909), para quem a criminalidade poderia ser identificada por traços físicos, como depressões ou protuberâncias no crânio. No livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), Nina Rodrigues escreveu que era um erro a lei brasileira tratar como “iguais perante o código [penal] os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão”.

Ele não conseguiu, porém, aplicar a teoria ao crânio do líder de Canudos.



Retrato do médico,
atribuído a
Lopes Rodrigues

Em seu doutorado, concluído em 2016 na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o historiador Filipe Monteiro, atualmente na Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), revisou a análise feita por Rodrigues no crânio de Conselheiro e verificou: “A conclusão foi inequívoca. Ele próprio escreveu: ‘É, pois, um crânio normal’. O que de fato ele conseguiu apontar foi um delírio crônico de evolução sistemática, que à época era considerado como possível somente em pessoas brancas”.

“Naquele momento, Nina Rodrigues começou a questionar os métodos da craniometria, que defendiam uma inferioridade biológica de raças ou indivíduos”, diz Monteiro, que classificou o médico como um “racialista vacilante” em sua tese e em um artigo publicado em janeiro de 2020 na revista *Topoi*. Embora nunca tenha defendido a eugenia, o nome

do médico continuou bastante ligado a essa doutrina, formulada pelo médico inglês Francis Galton (1822-1911), que pregava uma suposta superioridade de algumas raças humanas sobre outras e defendia o melhoramento genético dos seres humanos.

O racismo é um conceito mais amplo que o da eugenia porque define um sistema de opressão de várias supostas raças humanas por outras e tem uma série de consequências que podem ir além do melhoramento racial, como a segregação racial e a negação de direitos a indivíduos de uma ou mais raças. O racismo é a base teórica que defende que a espécie humana pode ser dividida em raças biológicas distintas e classificadas de acordo com uma suposta superioridade; é a justificativa alegadamente científica para a criação de um sistema desigual, e a eugenia é uma das medidas que podem existir em uma sociedade racista.

Filho de fazendeiros, Nina Rodrigues mudou-se em 1882 de São Luís, capital do Maranhão, para Salvador. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e, três anos depois, transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1886, no quinto ano do curso, fez seu primeiro trabalho acadêmico, sobre a morfeia, uma doença autoimune que causa endurecimento e descoloração da pele, em moradores de Anajatuba, norte do Maranhão. Em 1887, voltou para Salvador e começou a estagiar na Santa Casa de Misericórdia

antes de retornar, mais uma vez, para o Rio de Janeiro. Terminou o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em dezembro de 1887.

Uma vez diplomado, Nina Rodrigues pôs-se a escrever sobre hanseníase, então chamada de lepra, na *Gazeta Médica da Bahia*, e sobre os impactos da má alimentação na saúde no jornal *Pacotilha*, de São Luís, no breve período em que voltou a morar na cidade antes de se mudar em definitivo para Salvador. Seus trabalhos, que indicavam o uso da farinha de mandioca como suplemento alimentar, repercutiram tanto que ele ganhou o apelido pejorativo de “Doutor Farinha Seca”.

O estudo da cultura afro-brasileira também o atraiu. “Ele visitava casas de religiões de matriz africana e estudava seus rituais”, conta Monteiro. “Foi nessas visitas que ele fez os estudos antropológicos pelos quais ficou conhecido, como o livro *O animismo fetichista dos negros baianos*, de 1896.”

No livro *O velho e o novo “Nina”* (1979), Estácio de Lima (1896-1984), alagoano e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, conta que os médicos mais experientes estranhavam os interesses do jovem colega. “Nina está maluco!”, diziam, segundo Lima. As razões, conforme ele apurou: “Frequenta candomblés, deita-se com inhaôs [ou iaôs, pessoas iniciadas no candomblé] e come a comida dos orixás”.

Em contrapartida, outros o chamavam, com respeito, de “Doutor dos Pobres”, por ter se destacado no tratamento de doenças mais comuns entre os mais humildes, como hanseníase, malária e beribéri, causada pela falta de vitamina B1, mas então ainda atribuída a exalações pútridas chamadas miasmas. Nina Rodrigues participou diretamente do controle de um surto de beribéri no Asi-



Franz Gall, o criador da frenologia,
em litografia de A. F. Kunike

lo de Alienados São João de Deus, atual Hospital Juliano Moreira, em Salvador. Em 1904, 58 de seus 180 ocupantes, todos com transtornos mentais, morreram por causa da infecção.

Em um artigo publicado em junho de 2001 na revista *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, os médicos da Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb-UFBA) Ronaldo Jacobina e Fernando Carvalho examinaram esse episódio. Eles contam que Nina Rodrigues visitou o asilo, situado no alto de uma colina, e concluiu que o vento e a chuva não deveriam ter permitido a formação de miasmas. Por fim, provou que não era o ambiente, mas as condições com que seus ocupantes eram tratados que causavam as mortes. Em seguida, propôs e integrou uma comissão responsável por reformas da instituição.

Em Salvador, Nina Rodrigues também participou de estudos para a reforma de saneamento básico e da fiscalização sanitária dos portos. Esses trabalhos seguiam as ideias higienistas que chegaram no Brasil no século XIX, apelando para uma maior atenção aos hábitos de higiene sanitária como estratégia para evitar doenças contagiosas (ver Pesquisa FAPESP nº 134).

Para ele, as embarcações da época, apinhadas de estrangeiros confinados durante meses de viagem por mar, eram

Nina Rodrigues criou métodos de trabalho e de análises detalhadas dos cadáveres, base da medicina forense

um ambiente favorável à propagação de doenças. “Nina Rodrigues dizia que o governo não tinha equipamentos para higienizar os portos nem mesmo para tirar o péssimo odor que ficava nesses lugares”, conta Monteiro.

O médico se destacou também na área da medicina forense, que aplica conhecimentos médicos e científicos para auxiliar a justiça na resolução de questões legais. Antes dele, o Brasil não tinha métodos, laboratórios nem manuais para legistas. “Muitas vezes, quando uma pessoa morria, o corpo era examinado superficialmente na delegacia e depois

enterrado ou descartado”, comenta Monteiro. “Nina começou a falar da importância dos laboratórios e fazer análises rigorosas e detalhadas dos cadáveres para determinar a causa das mortes.”

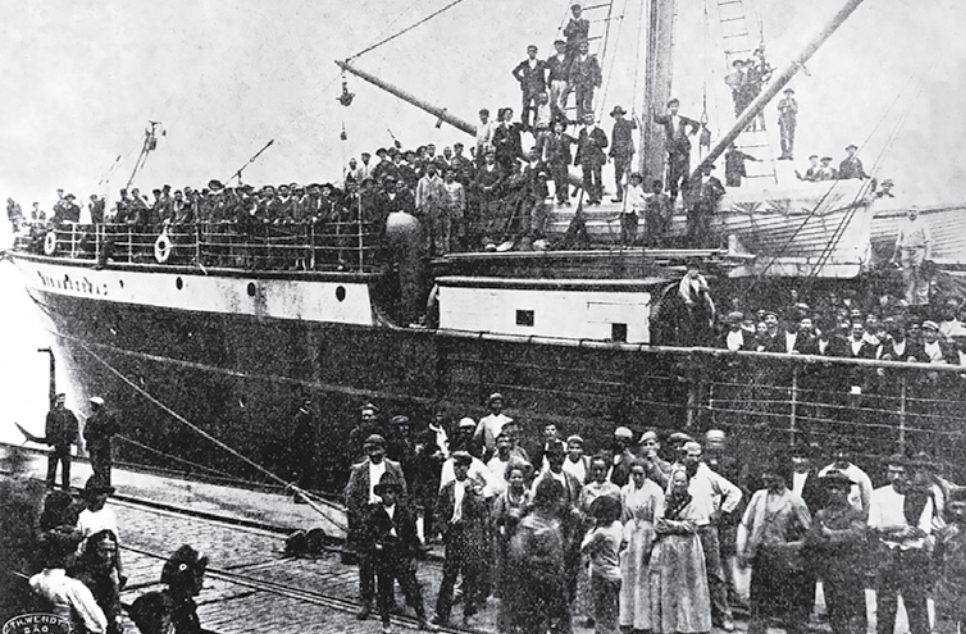
Esse trabalho o levou a conclusões controversas. “Ele aproveitava as medições dos cadáveres para tentar provar teorias racialistas de que algumas raças eram inferiores a outras”, conta Monteiro, em referência às ideias que mais tarde, já no século XX, chegaram ao Brasil com outras correntes de pensamento racistas, como a eugenia.

EUGENIA E OUTRAS PROPOSTAS

“As ideias de superioridade racial chegaram como algo científico, ancoradas no darwinismo social”, diz o historiador Weber Lopes Góes, da Universidade Federal do ABC (UFABC), que pesquisou a história do movimento eugenista no Brasil no mestrado e no doutorado. O darwinismo social tentava explicar o racismo, o colonialismo e a desigualdade social ao aplicar de maneira equivocada as teses da evolução biológica no estudo de fenômenos sociais. Essas novas vertentes do pensamento misturavam-se com teorias então vistas como científicas, como o higienismo e o positivismo, corrente de pensamento criada pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857), segundo a qual o único conhecimento



Asilo São João de Deus: em 1904, 58 pacientes morreram de beribéri, inicialmente atribuído ao ar contaminado



Italianos chegam a Santos em 1907: para Nina Rodrigues, falta de higiene durante a viagem facilitava a propagação de doenças

válido era o científico, verificado por métodos empíricos.

No Brasil, as teorias eugenistas, com o apoio da burguesia e dos latifundiários, logo se propagaram. Em 1917, o médico carioca Renato Kehl (1889-1974) deu uma palestra na Associação Cristã de Moços (ACM), no Rio de Janeiro. Publicado no *Diário do Comércio*, também do Rio, o discurso serviu para atrair nomes para a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918. “Os membros dessa agremiação começaram a discutir como a eugenia poderia ajudar no combate a doenças, como a febre amarela, e o que

eles chamavam de venenos sociais, referindo-se a questões como o alcoolismo”, comenta Góes.

“Avaliar Nina Rodrigues sempre leva a um dilema”, diz o historiador Leonardo Dallacqua de Carvalho, da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), autor do livro *Um maranhense intérprete da miscigenação: Raimundo Nina Rodrigues e a formação racial brasileira* (1862-1906) (2025). “Em vários momentos, ele tentou proteger os direitos dos cidadãos pretos, mas a base para essa defesa era sua crença de que eles eram inferiores.”

Carvalho enfatiza: “Não é correto chamar Nina Rodrigues de pai da eugenia”. Seu argumento: “A eugenia só começa a ser discutida no Brasil em 1910. Ele era um racista, mas a eugenia não estava entre as teorias que mobilizava para sustentar sua perspectiva sobre as desigualdades raciais”. Por sua vez, Monteiro observa: “Ele estava começando a contestar as teorias racialistas, sem renegar, em essência, seus postulados gerais. A conclusão a que chega após o estudo do crânio de Antônio Conselheiro indica esse afastamento”.

Entre o século XIX e a década de 1930, com base em um suposto fundamento científico, vários estados norte-americanos adotaram medidas eugenistas, como a castração de doentes mentais e criminosos. No Brasil, a única política eugenista apoiada abertamente pelo governo federal, por meio da Constituição de 1934, foi o estímulo à “educação eugênica”,

segundo a qual o melhoramento racial poderia ser alcançado pela procriação entre as pessoas de raças classificadas como mais evoluídas.

Outras medidas eugenistas foram aplicadas extraoficialmente. “Pessoas que não eram necessariamente loucas, mas apenas pobres e pretas, eram internadas nos manicômios, onde havia até mesmo a prática de esterilização compulsória”, relata Góes. “Durante o regime militar [1964-1985], setores das Forças Armadas, usando as universidades e o apoio da Fundação Rockefeller, criaram programas de esterilização de mulheres pobres no Nordeste sob a justificativa de controle de natalidade.” Essa prática também ocorreu em outras regiões do Brasil, ainda que em menor escala. De acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Esterilização, criada em 1992, 7,5 milhões de mulheres em idade reprodutiva haviam sido esterilizadas no Brasil desde 1964.

Há casos mais recentes. Em fevereiro de 2018, o juiz Djalma Moreira Gomes acatou o pedido do promotor da comarca de Mococa, no interior de São Paulo, Frederico Liserre Barruffini, de esterilizar a moradora de rua Janaina Aparecida Quirino, julgada como incapaz de criar filhos por ser pobre e usuária de drogas. Um julgamento em segunda instância reverteu a decisão, mas só três meses depois que a cirurgia irreversível já havia sido feita.

“A eugenia ainda existe, mas não devemos banalizar o conceito, diferenciando o que é racismo e o que é eugenia, para saber combater cada um a seu modo”, comenta Carvalho. “É uma ideia muito difícil de abolir, porque a sociedade moderna está baseada nessa busca incessante da melhoria do indivíduo.” ●



Propaganda de livro de Renato Kehl publicado em 1933

Os artigos científicos e os livros consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.